

I CONGRESSO NACIONAL DE PRÁTICAS DE ENSINO NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA



CORTES QUE TRANSFORMAM: CURSO DE CABELEIREIRO FOMENTA INCLUSÃO SOCIAL PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

I Congresso Nacional de Práticas de Ensino na Educação Inclusiva, 1ª edição, de 01/08/2024 a 02/08/2024
ISBN dos Anais: 978-65-5465-106-6

ALVES; LILIAN CARDENAS ¹

RESUMO

1 INTRODUÇÃO:

A inclusão social é um tema de extrema relevância na sociedade atual, especialmente quando se trata de pessoas com deficiências. Projetos inovadores que buscam integrar essas pessoas em diversas atividades sociais e profissionais são fundamentais para promover a igualdade e a dignidade. Neste contexto, surgiu a ideia de um projeto integrador dentro do curso de cabeleireiro, proposto por uma aluna que, após concluir o curso de barbeiro, desejava se especializar em atendimentos para pessoas portadoras de deficiência física. Sua sugestão foi acolhida pela professora e lançada aos demais alunos, que, apesar de inicialmente receosos quanto à recepção na APAE e à preparação para lidar com situações imprevisíveis, decidiram seguir em frente.

A legislação brasileira assegura diversos direitos às pessoas com deficiência, com o objetivo de promover sua inclusão social e garantir igualdade de oportunidades. A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), Lei nº 13.146/2015, estabelece que a pessoa com deficiência deve ter acesso a condições iguais de acesso à justiça, à educação, à saúde, ao trabalho, à cultura, ao esporte, ao turismo, ao lazer e à tecnologia (Brasil, 2015). Além disso, a Constituição Federal de 1988 e a Lei nº 7.853/1989 dispõem sobre a responsabilidade do Estado e da sociedade em garantir o pleno exercício dos direitos das pessoas com deficiência, promovendo sua integração social (Brasil, 1988; Brasil, 1989).

A APAE (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais) é uma organização brasileira dedicada à promoção da atenção integral à pessoa com deficiência, prioritariamente intelectual e múltipla, colaborando para a construção de uma sociedade mais justa e solidária. Após o envio de um ofício, a APAE aceitou o projeto. Na primeira visita, os alunos foram calorosamente recebidos e tiveram a oportunidade de conhecer as diversas salas e oficinas de artesanato, além de outros trabalhos realizados pela instituição para capacitar as pessoas atendidas, visando à sua independência futura. Também tomaram conhecimento das atividades desenvolvidas pelas mães, que além de participarem de aulas de zumba, dedicam-se ao crochê.

A inclusão social das pessoas com deficiência não é apenas um dever legal, mas também um imperativo moral. Promover a integração dessas pessoas em todos os aspectos da vida social e profissional contribui para uma sociedade mais inclusiva e equitativa. O projeto desenvolvido pelos alunos do curso de cabeleireiro demonstra como iniciativas educacionais podem desempenhar um papel crucial nesse processo. Ao aprenderem sobre os tratamentos oferecidos na instituição e as necessidades específicas das mães que precisam permanecer na APAE durante os cuidados, os alunos puderam explorar a infraestrutura física da instituição, incluindo o refeitório, locais de atendimento e oficinas profissionais destinadas tanto aos pacientes quanto às mães. Este contato direto ajudou a quebrar muitos paradigmas e preconceitos, promovendo uma

¹ SENAC CORUMBÁ/MS, lilian.alves@ms.senac.br

compreensão mais profunda e empática das necessidades e desafios enfrentados por essas famílias.

A experiência culminou em uma roda de conversa, onde os alunos puderam refletir sobre os aprendizados adquiridos e compartilhar suas percepções. Este momento de reflexão coletiva foi essencial para consolidar os conhecimentos e reforçar o compromisso com a inclusão social e a promoção dos direitos das pessoas com deficiência. A educação profissional, quando aliada a projetos integradores como este, pode transformar vidas e contribuir significativamente para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

A cidadania e a inclusão social são pilares essenciais para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. A cidadania, que envolve um conjunto de direitos e deveres dos indivíduos perante o Estado, é crucial para a participação ativa na vida política, econômica e social do país. A inclusão social, por sua vez, busca garantir que todos os indivíduos, especialmente aqueles pertencentes a grupos vulneráveis, tenham acesso às mesmas oportunidades e recursos necessários para seu desenvolvimento e bem-estar.

Cidadania é o vínculo jurídico e político que une o indivíduo ao Estado, conferindo-lhe direitos e impondo-lhe deveres. Entre esses direitos estão a liberdade de expressão, o direito ao voto, o acesso à educação e à saúde, entre outros. Os deveres cívicos, como o cumprimento das leis e a participação ativa na vida comunitária, são igualmente importantes para a manutenção da ordem social e o progresso do país. A Constituição Federal de 1988 estabelece a cidadania como um dos fundamentos da República Federativa do Brasil, ressaltando seu papel central na estruturação da sociedade brasileira (Brasil, 1988).

A inclusão social é um compromisso ético e legal. A sociedade deve assegurar que todos os indivíduos possam participar plenamente e contribuir para o desenvolvimento coletivo. Promover a inclusão não só respeita a dignidade e autonomia das pessoas, mas também fortalece a coesão social e a solidariedade. Uma sociedade inclusiva valoriza e respeita as diferenças, enriquecendo-se com a diversidade (Sassaki, 2003).

A educação é uma ferramenta fundamental para a promoção da inclusão social. As instituições de ensino devem ser ambientes acolhedores e inclusivos, onde todos os alunos, independentemente de suas capacidades ou limitações, possam aprender e desenvolver suas potencialidades. Programas educativos que promovem a conscientização sobre a diversidade e a inclusão são essenciais para formar cidadãos empáticos e preparados para lidar com as diferenças (Mantoan, 2003).

Projetos educativos que envolvem a comunidade, como atividades voltadas para pessoas com deficiência, são fundamentais para promover a inclusão. Essas iniciativas não só proporcionam experiências práticas valiosas para os participantes, mas também ajudam a desconstruir barreiras e preconceitos, fomentando uma visão mais inclusiva e solidária da sociedade (Omote, 2005).

A promoção da cidadania e da inclusão social exige reflexão e ação conjunta. É necessário que todos os setores da sociedade – governo, instituições privadas, organizações não governamentais e cidadãos – trabalhem em conjunto para criar um ambiente onde todos possam participar plenamente. Reflexões coletivas sobre os desafios e as oportunidades da inclusão social são essenciais para desenvolver políticas e práticas eficazes (Sassaki, 2006).

A realização de projetos por alunos que visem impacto social, com foco na cidadania e na inclusão social, é de extrema importância, especialmente quando direcionados a pessoas portadoras de deficiência. Esses projetos não só beneficiam diretamente a comunidade atendida, mas também transformam os alunos em protagonistas de um processo educativo que integra teoria e prática, promovendo uma formação cidadã e inclusiva.

Quando os alunos são incentivados a desenvolver projetos que impactam positivamente a sociedade, eles assumem um papel ativo e central no processo de aprendizagem. Esse protagonismo estudantil é fundamental para o desenvolvimento de competências como liderança, empatia, responsabilidade social e capacidade de resolver problemas complexos. Ao atuarem diretamente em questões sociais, os alunos ampliam sua visão de mundo e se tornam agentes de transformação em suas comunidades (Freire, 1996).

A integração entre teoria e prática é um dos pilares de uma educação de qualidade. Projetos sociais que envolvem a participação ativa dos alunos permitem que os conhecimentos teóricos adquiridos em sala de aula sejam aplicados em situações reais, enriquecendo o aprendizado e tornando-o mais significativo. A prática de atividades que envolvem a cidadania e a inclusão social proporciona uma compreensão mais profunda dos conceitos estudados, ao mesmo tempo em que reforça a importância da responsabilidade social (Dewey, 1938).

Focar em projetos de inclusão social, especialmente para pessoas portadoras de deficiência, é essencial para

a construção de uma sociedade mais justa e equitativa. A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), Lei nº 13.146/2015, reforça a necessidade de promover a inclusão plena e efetiva dessas pessoas em todos os aspectos da vida (Brasil, 2015). Quando alunos se envolvem em projetos que atendem a esse público, eles não apenas ajudam a romper barreiras e preconceitos, mas também aprendem a valorizar a diversidade e a importância de uma sociedade inclusiva.

As escolas têm um papel crucial em incentivar e facilitar a realização de projetos sociais pelos alunos. Elas devem criar um ambiente que estimule a participação ativa e o engajamento dos estudantes em questões sociais, proporcionando os recursos e o apoio necessário para o desenvolvimento desses projetos. A escola deve ser um espaço onde a teoria e a prática se complementem, preparando os alunos para serem cidadãos ativos e conscientes (Libâneo, 2004).

2 RESULTADO E DISCUSSÃO:

O projeto integrador desenvolvido pelos alunos do curso de cabeleireiro, que visou a inclusão social de pessoas com deficiência, apresentou resultados significativos tanto para os alunos quanto para os participantes da APAE. A seguir, destacamos os principais achados e suas implicações:

Quebra de Preconceitos e Aumento da Empatia: Os alunos relataram uma significativa mudança em suas percepções sobre pessoas com deficiência. Antes do projeto, muitos admitiram ter preconceitos ou desconhecimento sobre as capacidades e necessidades dessas pessoas. Após a interação direta e o desenvolvimento das atividades, houve um aumento notável na empatia e compreensão dos alunos. Esta transformação é evidenciada pelos depoimentos colhidos durante as rodas de conversa realizadas ao final das visitas.

Desenvolvimento de Habilidades Profissionais e Pessoais: Os alunos desenvolveram habilidades práticas no manejo de técnicas de cabeleireiro adaptadas às necessidades específicas de pessoas com deficiência. Além disso, habilidades pessoais como paciência, comunicação e trabalho em equipe foram fortalecidas. Estas competências são essenciais para o exercício profissional e para a construção de uma sociedade mais inclusiva.

Impacto Positivo na Comunidade: Os participantes da APAE expressaram grande satisfação com os serviços prestados. As mães relataram sentir-se valorizadas e apoiadas, enquanto os pacientes demonstraram entusiasmo e alegria com as atividades. Este impacto positivo reforça a importância de iniciativas que promovem a inclusão social e valorizam a diversidade.

Reflexões sobre Infraestrutura e Atendimento: Durante as visitas, os alunos tiveram a oportunidade de conhecer a infraestrutura da APAE e os desafios enfrentados pela instituição. Este conhecimento gerou discussões construtivas sobre como melhorar o atendimento e adaptar serviços para melhor atender às necessidades das pessoas com deficiência.

Os resultados obtidos com o projeto confirmam a importância de integrar teoria e prática no processo educacional, especialmente em projetos com foco em inclusão social. A experiência prática permite que os alunos apliquem os conhecimentos teóricos adquiridos em sala de aula, tornando o aprendizado mais significativo e impactante.

Transformação dos Alunos em Agentes de Mudança: Ao se tornarem protagonistas do projeto, os alunos não só adquiriram competências técnicas e pessoais, mas também se tornaram agentes de mudança em suas comunidades. Este protagonismo é essencial para a formação de cidadãos conscientes e engajados, capazes de contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva (Freire, 1996).

A Importância da Educação Inclusiva: A educação inclusiva, que valoriza e respeita as diferenças, é crucial para a promoção da igualdade de oportunidades. Projetos como este demonstram que, quando os alunos são expostos a ambientes diversos e desafiadores, eles desenvolvem habilidades e atitudes que vão além do currículo tradicional, preparando-os para a vida em sociedade (Mantoan, 2003).

Desafios e Oportunidades: Embora os resultados sejam positivos, o projeto também revelou desafios que precisam ser abordados. A necessidade de melhorias na infraestrutura e na capacitação de profissionais para atender adequadamente pessoas com deficiência foi um ponto destacado. Este feedback é valioso para orientar futuras ações e políticas públicas voltadas para a inclusão social.

Reflexão e Melhoria Contínua: A realização de rodas de conversa ao final das visitas foi uma prática eficaz para refletir sobre os aprendizados e identificar áreas de melhoria. Este processo de reflexão contínua é fundamental para o aprimoramento dos projetos educativos e para o desenvolvimento de práticas mais inclusivas e eficazes (Dewey, 1938).

3 CONCLUSÃO:

O projeto integrador realizado pelos alunos do curso de cabeleireiro na APAE teve um impacto positivo significativo, promovendo a inclusão social e o desenvolvimento de competências essenciais nos alunos. A experiência prática aliada à teoria demonstrou ser uma abordagem eficaz para a formação de cidadãos mais empáticos e preparados para enfrentar os desafios da sociedade. A continuidade e expansão de projetos como este são fundamentais para construir uma sociedade mais inclusiva e justa.

4 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- Brasil. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Diário Oficial da União, Brasília, 1988.
- Brasil. Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989. Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - Corde, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 1989.
- Brasil. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União, Brasília, 2015.
- Dewey, J. (1938). *Experience and Education*. New York: Macmillan.
- Freire, P. (1996). *Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários à Prática Educativa*. São Paulo: Paz e Terra.
- Libâneo, J. C. (2004). *Democratização da Escola Pública: A Pedagogia Crítico-Social dos Conteúdos*. São Paulo: Loyola.
- Mantoan, M. T. E. (2003). *Inclusão Escolar: O que é? Por quê? Como fazer?* São Paulo: Moderna.
- Omote, S. (2005). Inclusão escolar: Formação de professores e construção de escolas inclusivas. *Revista Brasileira de Educação*, 29, 94-108.
- Sassaki, R. K. (2003). *Inclusão: Construindo uma Sociedade para Todos*. Rio de Janeiro: WVA.
- Sassaki, R. K. (2006). *Inclusão Social: Contextos e Estratégias para a Construção de uma Sociedade Inclusiva*. São Paulo: Cortez.

PALAVRAS-CHAVE: ALUNOS, PORTADOR DE DEFICIÊNCIA, INCLUSÃO SOCIAL, SOCIEDADE